

HISTÓRIA

Nome: _____ 8º Ano

Orientação para realização da atividade: anote as questões/ enunciados no caderno e responda, se a questão for de múltipla escolha copie apenas a(as) resposta(s) correta(s), caso haja texto faça a leitura, não precisa copiar nenhum texto.

Constituição de 1824

A Constituição Brasileira de 1824 foi outorgada por Dom Pedro I em 25 de março de 1824.

A primeira Carta Magna brasileira garantia a unidade territorial, instituía a divisão do governo em quatro poderes e estabelecia o voto censitário (voto ligado à renda do cidadão).

Foi elaborada por um grupo reduzido de pessoas devido às desavenças entre o Imperador e a Assembleia Nacional Constituinte.



D. Pedro I, com o exemplar da Constituição brasileira de 1824. Manuel de Araújo Porto Alegre. 1826.

Contexto Histórico

Após a proclamação da independência e da aclamação de Dom Pedro I como imperador do Brasil, o país precisava organizar sua estrutura política e administrativa.

É importante lembrar que ainda havia tropas portuguesas lutando na Bahia e este combate só seria finalizado em 2 de julho de 1823.

Para tanto foi reunida a Assembleia Nacional Constituinte com deputados vindos de diversas províncias do Brasil.

No discurso que pronunciou durante a abertura dos trabalhos da Constituinte, Dom Pedro I lembrou aos deputados que precisavam fazer:

Uma Constituição, em que os três Poderes sejam bem divididos de forma; que não possam arrogar direitos, que lhe não compitam, mas que sejam de tal modo organizados, e harmonizados, que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos, e cada vai mais concorram de mãos dadas para a felicidade geral do Estado. (...)

Espero, que a Constituição, que façais, mereça a Minha Imperial Aceitação, seja tão sábia, e tão justa, quanto apropriada à localidade, e civilização do Povo Brasileiro (...).

A Confederação do Equador

O autoritarismo que marcou o processo de outorga da Constituição de 1824 inaugurou uma fase na história política do Brasil, onde a centralização política se transformou em uma prática severamente questionada. Mesmo contando com alguns princípios de natureza liberal, a Constituição de 1824 também foi marcada por uma série de dispositivos contrários ao seu aparente liberalismo. A centralização dos poderes acabava gerando a insatisfação de muitos dos representantes políticos do período.

Tomado por essa orientação contraditória de sua carta constitucional, o governo de Dom Pedro I acabou sendo alvo de diversos ataques políticos bem como de revoltas. Naquele mesmo ano, inspirados pelos levantes de 1817, um grupo de habitantes de Pernambuco iniciou um movimento antimonarquista. Tal oposição originou-se nas constantes crises da economia regional e as cargas tributárias impostas pelo governo.

Como se não bastasse sua situação desoladora, os pernambucanos sentiram o peso do autoritarismo real quando D. Pedro I depôs o então governador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, e indicou um substituto para o cargo. A troca do governo seria o último episódio que antecedeu a formação do movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador, esse ganhou tal nome em razão de sua proximidade geográfica com a Linha do Equador.

A Confederação, que se iniciou com a ação de lideranças e populares pernambucanos, logo tomou corpo e conseguiu a adesão de outros estados do nordeste. Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba também se juntaram ao movimento. Impassíveis às tentativas de negociação do Império, os revoltosos buscaram criar uma constituição de caráter republicano e liberal. Além disso, o novo governo resolveu abolir a escravidão e organizou forças contra as tropas imperiais.



Depois de estabelecidas as primeiras ações da Confederação, alguns de seus líderes decidiram abandoná-la. Tudo isso porque alguns integrantes da revolta defendiam a radicalização de algumas ações do novo governo. Frei Caneca, Cipriano Barata e Emiliano Munducuru acreditavam que a ampliação de direitos políticos e reformas no campo social eram medidas urgentes no novo poder estabelecido. Com isso, os integrantes da elite que apoiaram a Confederação se retiraram do levante.

De outro lado, o governo imperial tomou medidas severas contra o movimento separatista. Dom Pedro I pediu empréstimos à Inglaterra e contratou mercenários ingleses para que lutasse contra os revoltosos. Não resistindo ao enfraquecimento interno do movimento e a dura reação imperial, a Confederação do Equador teve seu fim. Dezesseis envolvidos foram acusados e executados pelas instituições judiciárias do Império. Entre eles, Frei Caneca teve como pena a morte por fuzilamento.

Questões

- 1-) A primeira Constituição do Brasil foi outorgada ou promulgada?
- 2-) Quais eram os 4 poderes constitucionais?
- 3-) O que foi a revolta da “Confederação do Equador”?
- 4-) O que foi a “Noite da Garrafadas”?
- 5-) Com a renúncia e abdicação de D. Pedro quem passou a governar o Brasil?